

Florinda Veiga

De: Bruno Ribeiro Tavares
Enviado: 28 de fevereiro de 2018 18:11
Para: Perguntas / Requerimentos
Cc: Ana Paula Bernardo
Assunto: Encaminhamento do Requerimento 1 – AR/XIII/3.^a, endereçado a SEXA o PAR
Anexos: DOC.PDF



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete do
Secretário do Estado dos Assuntos Parlamentares,
Dra. Marina Gonçalves

Assunto: Requerimento n.º 1/XIII/3.ª/AR (Grupo Parlamentar do PSD)

Senhora Chefe do Gabinete,

Encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de junto remeter o Requerimento n.º 1/XIII/3.ª, do Senhor Deputado Luís Leite Ramos e Outros, *Acesso ao Inquérito sobre o Incêndio de 12 de junho de 2017 no Túnel do Marão*, a fim de o mesmo ser presente ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, para os devidos efeitos.

Considerando que o Requerimento n.º 39/XIII/3.ª AC, dirigido ao mesmo Membro do Governo em 20 de dezembro de 2017, não foi ainda respondido, e que a pretensão do Senhor Deputado Luís Leite Ramos e Outros é agora renovada através do Requerimento que se anexa, solicitam-se os bons ofícios dessa Secretaria de Estado no sentido de que o mesmo seja objeto de resposta, nos termos legais e regimentais aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2018

XIII – 3128 / GPAR – brt

REQUERIMENTO Número 1 / XIII (3 .ª) - AR

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

2018-02-20

O Secretário da Mesa

António Carlos Monteiro
(Assinatura Qualificada)

Digitally signed by António Carlos Monteiro (Assinatura Qualificada)
Date: 2018.02.20 11:08:28 +00:00
Reason: Location:

Assunto: Acesso ao Inquérito sobre o Incêndio de 12 de junho de 2017 no Túnel do Marão

Destinatário: Presidente da Assembleia da República

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 20 de dezembro de 2017, os deputados do PSD abaixo assinados, endereçaram a V. Exa. um requerimento (39/ XIII (3.ª) – AC) em que solicitavam ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, as conclusões e recomendações de um inquérito mandado instaurar pelo Governo, em 12 de junho de 2017, com o objetivo de apurar os factos relativos ao incêndio de um autocarro ocorrido na véspera no interior do Túnel do Marão e «avaliar a execução do plano de emergência interno e do plano prévio de intervenção, assim como a articulação entre a entidade gestora desta infraestrutura e os agentes de proteção civil». Como então os signatários referiam no texto do requerimento, o incêndio, embora não tenha provocado vítimas, felizmente, causou danos estruturais não negligenciáveis no túnel e determinou o seu encerramento à circulação durante uma semana. Os relatos então reportados por aqueles que vivenciaram o incidente no local, levantaram fundadas dúvidas sobre a coordenação dos meios de socorro, acerca da eficácia do sistema e do plano de emergência, tendo essas inquietações determinado a tomada de posições públicas críticas por parte dos agentes políticos, locais e nacionais.

O Grupo Parlamentar do PSD requereu de imediato a audição do Presidente das Infraestruturas de Portugal (IP) e do Secretário de Estado das Infraestruturas, o que veio a acontecer, a ?? de setembro e a 13 de dezembro de 2018, respetivamente.

Estranhamente, 6 meses depois do anúncio de abertura deste inquérito, tempo que consideramos mais do que suficiente e razoável para a sua realização e conclusão, o País e o Parlamento português continuam sem ter à sua disposição qualquer informação sobre esse mesmo inquérito, assim como das conclusões e eventuais recomendações produzidas no seu âmbito ou as eventuais medidas adotadas para colmatar as falhas e suprir insuficiências encontradas.

Esta estranha situação foi, aliás, confirmada pelo Senhor Secretário das Infraestruturas que, aquando da sua audição na Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP), no passado mês de dezembro revelou não ter tido acesso aos resultados do inquérito e nem sequer saber a data prevista para a sua conclusão. O que motivou o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD acima referido.

Em 2 de janeiro de 2018, o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil anunciou numa

cerimónia pública, em Vila Real, que tinha acabado de receber o relatório do referido inquérito e que o iria analisar com a atenção que o mesmo merecia e dele retirar as devidas ilações, tomando de imediato as medidas consideradas necessárias e indispensáveis.

Infelizmente, os Deputados do PSD continuam a aguardar a divulgação do relatório do inquérito com a expectativa, já gorada, que o Governo cumpriria os 30 dias a que está vinculado para o fazer, nos termos legais e regimentais. Não tendo sido esse o caso, na audição regimental de 7 de fevereiro, o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Leite Ramos, interpelou o Senhor Ministro sobre as conclusões e recomendações do referido inquérito e sobre a data em que o mesmo iria ser disponibilizado aos deputados, na sequência do requerimento apresentado. Contudo, o Senhor Ministro limitou-se a responder vagamente sobre as conclusões e recomendações do referido inquérito e ignorou olímpicamente os pedidos formulados sobre a data de envio do mesmo aos deputados que o solicitaram.

No dia seguinte, dia 8 de fevereiro, o Governo fez publicar um despacho em Diário da República, assinado pelos Senhores Secretários de Estado da Proteção Civil, Artur Tavares Neves, e das Infraestruturas, Guilherme d'Oliveira Martins, na sequência do relatório final do inquérito ao incêndio no Túnel do Marão, que determina a revisão dos planos de Emergência Interno e de Intervenção do Túnel do Marão e a elaboração de um Plano de Prevenção, até 31 de março, e a posterior realização de um simulacro de incêndio.

No dia seguinte, dia 9 de fevereiro, e face às declarações e pressões exercidas pelos deputados do PSD e autarcas da região, vários meios de comunicação social nacionais começaram a publicar notícias sobre as conclusões e recomendações do referido inquérito, aludindo de forma clara e inequívoca terem tido acesso a uma cópia literal e completa do mesmo. Um privilégio notável que os requerentes, deputados eleitos e representantes legítimos da Nação, até então não tiveram e continuam a não dispor já que o Governo persiste em desconsiderar as regras legais e a prática política democrática consensualizada a que devia obedecer, num claro e volitivo exercício de prepotência e de completo desrespeito pela instituição parlamentar e pela primeira das suas funções constitucionais: fiscalizar a atividade governativa!

O Parlamento e os Deputados portugueses não podem consentir na manutenção pacata de uma atitude governamental que os desrespeita enquanto titulares de um órgão de soberania e que viola a missão política que primordialmente lhes cabe.

Por consequência, e face ao exposto, tomamos a liberdade de escrever a V. Exa no sentido de, no exercício das suas competências constitucionais, legais e regimentais, insista, novamente, junto do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, para que este disponibilize aos Deputados que o solicitaram, com a máxima urgência, uma cópia integral do inquérito mandado instaurar pelo Governo, em 12 de junho de 2017, com o objetivo de apurar os factos relativos ao incêndio de um autocarro ocorrido na véspera no interior do Túnel do Marão.

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

Deputado(a)s

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

LUÍS VALES(PSD)